



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 51, DE 2015

(Do Sr. Ademir Camilo)

Recurso, nos termos do artigo 140, I, do Regimento Interno, contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, que indeferiu Requerimento n. 2365/2015, para revisão de despacho para redistribuição do PL n. 7726/2014.

DESPACHO:

SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 141 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. PUBLIQUE-SE. OFICIE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 140, I, do Regimento Interno desta Casa, apresento recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados, contra a decisão proferida pela Presidência da Casa, em 14/07/2015, que indeferiu o pleito contido no Requerimento n. 2365/2015, para que fosse revisto o despacho de redistribuição do PL n. 7726/2014, de minha autoria, para que a proposição também tramitasse na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, como comissão de mérito.

No último dia 02 de julho, apresentei o Requerimento de Revisão de Despacho n. 2365/2015, com vistas à manifestação pela CTASP, do Projeto de Lei n. 7726/, o qual fora indeferido pela Presidência da Casa, sob o fundamento de que *"(...) a matéria versada no Projeto de Lei n. 7.726/2014 não se enquadra no campo temático da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, delimitado pelo art. 32, XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados."*

A proposição em comento tem por objetivo alterar a Lei n. 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, para permitir que qualquer entidade estudantil em âmbito nacional, estadual ou municipal possa emitir a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) para o benefício de pagamento de meia-entrada sobre o qual dispõe a referida lei, estabelecendo uma situação de igualdade entre as entidades regularmente constituídas.

Pela legislação atual, as carteirinhas somente podem ser expedidas pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) das instituições de ensino superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pelas uniões estaduais e municipais filiadas àquelas.

Resta evidente que referida Lei criou um monopólio para emissão de carteiras estudantis, impossibilitando que outras entidades também possam realizar e auferir renda com a prestação do mesmo serviço.

As maiorias dessas entidades estudantis se mantêm, em grande parte, com a renda auferida com a confecção e o fornecimento de carteirinhas, não havendo justificativa para que este serviço seja fraqueado à apenas parcela desse segmento. Sem mencionar, que esse "monopólio" compromete a independência das

entidades estudantis, porque obriga ao estudante que não deseja se vincular a determinada entidade e participar do movimento estudantil, a angariar fundos para a mesma ao adquirir a carteirinha.

Observem Excelências, que a matéria objeto do projeto não está restrita apenas aos assuntos atinentes à educação, nos moldes previstos no art. 32, IX, d, do Regimento Interno. Ao contrário, o desdobramento da matéria desagua nos temas cujo mérito deve ser apreciados na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, especialmente no que tange ao disposto no artigo 32, XVIII, incisos “I” e “s”, a saber:

“Art. 32

XVIII – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

*.....
s) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico”.*

Por se tratar de matéria relacionada à serviços públicos, inclusive municipais, é imperiosa a tramitação da proposição na CTASP, sem mencionar que permitirá que a matéria seja melhor discutida e a ela agregada significativa contribuição, de forma a alcançarmos uma solução que melhor atenda aos interesses não só da classe estudantil, como das entidades que são instituídas para cuidar dos interesses desses, mas que para tanto precisam ser capazes de sobreviver nesse mercado.

Destarte, pelos argumentos aqui aduzidos, e por se tratar de pretensão que encontra amparo em norma regimental, requeiro a Vossa Excelência que receba e dê provimento ao presente recurso, rever o despacho que indeferiu a redistribuição do PL n. 7726/2014, para determinar que a proposição tramite na CTASP.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2015.

Deputado **ADEMIR CAMILO**

(PROS/MG)

REQ-2365/2015

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

02/07/2015

Indeferido o Requerimento n. 2.365/2015, conforme despacho do seguinte teor: “Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 2.365/2015, porque a matéria versada no Projeto de Lei n. 7.726/2014 não se enquadra no campo temático da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, delimitado pelo art. 32, XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.”

PROJETO DE LEI N.º 7.726, DE 2014 (Do Sr. Ademir Camilo)

Dá nova redação aos § 2º e § 4º do Art. 1º e ao § 2º do art. 2º da Lei nº 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, para dispor sobre a comprovação da condição de estudante, para efeito da compra dos ingressos de que dispõe esta lei.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
EDUCAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001, no que se refere aos eventos de que trata esta lei.

Art. 2º Os § 2º e § 4º do art. 1º e o § 2º do art. 2º da Lei nº 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

. § 2º Terão direito ao benefício os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no [Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e aos estudantes de cursos profissionalizantes \(idiomas, informática, técnico e concursos\)](#) que

comproven sua condição de discente, mediante a apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil (CIE) com **certificado digital** e emitida pelas entidades de âmbito nacional, estadual, municipal e distrital legalmente constituídas, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único nacionalmente padronizado e publicamente disponibilizado pelas entidades, podendo a carteira de identificação estudantil ter 50% (cinquenta por cento) de características locais.

§ 4º As Entidades de âmbito nacional, estadual, municipal e distrital legalmente constituídas, Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Centros e Diretórios Acadêmicos deverão disponibilizar um banco de dados contendo o nome e o número de registro dos estudantes portadores da Carteira de Identificação Estudantil (CIE), expedida nos termos desta Lei, aos estabelecimentos referidos no caput deste artigo e ao Poder Público.”

“Art. 2º

.....

§ 2º Os estabelecimentos referidos no caput do art. 1º deverão disponibilizar o relatório das vendas de ingressos de cada evento. As entidades de âmbito nacional, estadual, municipal e distrital legalmente constituídas, Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Centros e Diretórios Acadêmicos e ao Poder Público, interessados em consultar o cumprimento do disposto no § 10 do art. 1º.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, criou em seu Art. 1º § 2º e § 4º um monopólio para confecção das Carteiras de Identificação Estudantil, mediante as quais o estudante poderia adquirir ingressos com 50% (cinquenta por cento) de desconto nos eventos de que trata a lei.

Pela legislação atual, as carteirinhas somente podem ser expedidas pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) das instituições de ensino superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pelas uniões estaduais e municipais filiadas àquelas.

Percebe-se que a Lei criou um monopólio para emissão de carteiras estudantis, impossibilitando que outras entidades também possam realizar e auferir renda com a prestação do mesmo serviço.

Ao se restringir por meio de lei as entidades que poderão emitir o documento estudantil estará se reinstalando o monopólio que anteriormente fora extinto.

Antigamente, para gozar do benefício de meia entrada o estudante devia apresentar um cartão emitido pela União Nacional dos Estudantes – UNE. Contudo, em 2001, por meio da Medida Provisória nº 2208/01 o Governo Federal extinguiu o monopólio da UNE, possibilitando que qualquer agremiação, associação ou estabelecimento de ensino pudesse emitir a carteira de estudante.

Com a promulgação da 12.933, de 26 de Dezembro de 2013, que ora se pretende alterar, o monopólio no fornecimento de carteirinhas foi novamente instaurado.

O presente projeto de lei visa alterar a referida lei para permitir novamente que outras entidades estudantis de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal possam confeccionar Carteira de Identificação Estudantil.

O objetivo da presente proposta é conceder liberdade ao estudante para se vincular a entidade estudantil de sua escolha, seja de âmbito nacional ou de seu estado, distrito ou município.

Da mesma forma, pretende se estabelecer uma situação igualitária entre todas as entidades estudantis regularmente constituídas de nosso país. Muitas delas auferem a maior parte de sua renda por meio do fornecimento de carteirinhas, não sendo justo privá-las deste serviço, favorecendo somente outras instituições.

Entende-se que o monopólio de algumas entidades no fornecimento da carteirinha fragiliza a independência das entidades estudantis, pois mesmo quando o estudante não desejar se vincular a determinada entidade e participar do movimento estudantil, ele irá angariar fundos para a mesma ao adquirir a carteirinha.

O monopólio na emissão de carteirinhas fere o direito à livre organização, o direito de escolha e de participação dos estudantes, essencial em um país democrático.

Além disso, o principal objetivo da meia-entrada é garantir aos estudantes o acesso à cultura e ao lazer, sem financiar direta ou indiretamente determinadas instituições estudantis, principalmente aquelas ligadas a operações partidárias.

Dessa forma, pretende-se com o presente projeto de lei, ansiado por muitos jovens de instituições não governamentais, de representações acadêmicas e demais cidadãos da sociedade civil, acabar com o monopólio no fornecimento de carteiras de estudante.

Por entender que a presente proposição irá beneficiar toda a sociedade e principalmente garantir a todos os estudantes o acesso à cultura e ao lazer, pedimos aos nobres Pares apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2014.

Deputado Ademir Camilo

FIM DO DOCUMENTO
